

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.802.627 - AM (2019/0072663-7)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : JUNIOR MORAIS GOMES (PRESO)
OUTRO NOME : JUNIOR MORAES GOMES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. MATÉRIA ANALISADA NO *HABEAS CORPUS* N.º 481.319/AM. PERDA DE OBJETO SUPERVENIENTE. RECURSO ESPECIAL PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JUNIOR MORAIS GOMES ou JUNIOR MORAES GOMES, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (Agravamento em Execução Penal n.º 0625726-09.2018.8.04.0001).

Consta dos autos que o Juízo da Vara de Execução Penal da Comarca de Manaus/AM indeferiu o pedido de progressão de regime do Recorrente, em razão do não cumprimento do requisito objetivo, pois foi considerada como data-base para o cálculo do lapso temporal exigido a data da sua última condenação (fls. 143-144).

Inconformada, a Defesa interpôs agravo em execução penal, que foi desprovido pela Corte estadual, sob o fundamento de que "*havendo unificação de penas, a data-base para a concessão dos benefícios será a partir do trânsito em julgado da última condenação*" (fls. 175-178).

Nas razões do recurso especial, sustenta-se que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal, argumentando-se que "*a alteração da data-base para a concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal*" (fl. 226).

Contrarrazões às fls. 234-238.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral João Pedro de S. Bandeira de Mello Fiho, opinou pela prejudicialidade do recurso especial, em razão da decisão concessiva proferida no HC 481.319/AM (fls. 263-265).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório. Decido.

A análise do agravo em recurso especial encontra-se prejudicada.

Com efeito, a matéria suscitada no recurso especial já foi examinada no julgamento do **Habeas Corpus 481.319/AM**, em que foi concedida a ordem em favor do Recorrente para "*determinar que a unificação das penas não acarrete alteração do termo inicial para a concessão de benefícios da execução penal*".

Confira-se, por oportuno, a ementa da referida decisão:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. SUPERVENIÊNCIA DE NOVA CONDENAÇÃO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS. IMPOSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO PREVALECENTE NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL N.º 1.557.461/SC. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA."

Portanto, ante a superveniente decisão desta Corte Superior concedendo a ordem de *habeas corpus*, houve a perda de objeto do recurso especial.

Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora